



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TRANCOSO

ATA n.º 9

QUADRIÉNIO DE 2017 - 2021

(Artigo 57º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro)

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE TRANCOSO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019

--- Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove, pelas catorze horas e trinta minutos, no auditório do Pavilhão Multiusos, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Trancoso, legalmente convocada para o efeito e presidida por José Amaral Veiga, seu Presidente. A ordem de trabalhos foi a seguinte: -----

Período de antes da ordem do dia. -----

Ordem do dia: -----

--- **Ponto número um** - Apreciação da informação do Presidente da Câmara acerca da actividade desta e da situação financeira do Município; -----

--- **Ponto número dois** – Análise, discussão e votação relativas à 1ª revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa e à correspondente alteração às Grandes Opções do Plano para 2019; -----

--- **Ponto número três** – Análise, discussão e votação das propostas de contratação de empréstimos bancários de longo prazo;-----

--- **Ponto número quatro** – Análise, discussão e votação de propostas relativas à realização de despesas plurianuais, relacionadas com: - Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos e – Aquisição de Serviços de Investigação e Desenvolvimento, a contratar com a UTAD;-----

--- **Ponto número cinco** - Análise, discussão e votação de propostas relativas à substituição de um membro dos júris dos procedimentos concursais, bem como designação dos respetivos membros suplentes, destinados ao recrutamento para: - Cargo de direção intermédia de 2º grau – chefe de divisão de obras, ambiente, estruturas e equipamento urbano e – Cargo de direção intermédia de 2º grau – chefe de divisão administrativa; -----

--- **Ponto número seis** - Análise, discussão e votação de proposta relativa à não-aceitação da transferência de competências para os órgãos municipais, em 2019, decorrentes da publicação dos decretos-lei n.º 20/2019 e 22/2019, de 30 de janeiro; -----

--- **Ponto número sete** – Análise, discussão e votação da proposta de atribuição de um apoio financeiro, à União de Freguesias de Vila Franca das Naves e Feital, destinado ao pagamento inerente à aquisição de um armazém;-----

--- **Ponto número oito** – Análise, discussão e votação da proposta de atribuição de um apoio financeiro, à União de Freguesias de Vila Franca das Naves e Feital, destinado à organização do Carnaval 2019;-----

--- **Ponto número nove** – Análise, discussão e votação da proposta relativa à atribuição de apoios financeiros, mediante celebração de protocolos às seguintes entidades: Junta de Freguesia de Valdujo e Associação Desenvolvimento das Freguesias da Zona Centro do Concelho de Trancoso;-----

Período de intervenção do público. -----

--- Depois de assinada a folha de presenças, para verificação de quórum, constatou-se a falta do membro da assembleia, António Cristóvão Ribeiro dos Santos, substituído por Ângela Catarina Tavares Santos

Paulos, membros do Grupo Municipal do Partido Social Democrata. Esta falta foi devidamente anotada, assim como as registadas aos senhores Presidentes de Junta do Reboleiro, José Dinis Pinto Mateus, de Moimentinha José Carlos Andrade Pinto, substituído por Elisabete Rodrigues Condesso, e de Tamanhos, Cláudia Alexandra Romão Santos, substituída por Carla Sofia dos Santos Máximo. -----

--- Estiveram ainda presentes, em representação da Câmara Municipal, o Presidente do Município, Amílcar Salvador e os senhores Vereadores Eduardo António Rebelo Pinto, Ana Luísa Monteiro do Couto e Rogério Paulo Pires Tenreiro. -----

--- Iniciada a sessão, o Presidente da Mesa colocou a ata da sessão ordinária de dezembro à votação.-----

--- O membro da assembleia José Nascimento referiu que tinha um pequeno reparo a fazer à redação da sua intervenção constante da página 19, sobre a não-aceitação de competências, pois onde se encontrava a palavra “aceitar” deveria constar a palavra “rejeitar”.-----

--- Após esta intervenção e não havendo mais inscrições a ata foi posta a votação tendo sido aprovada por maioria com 3 abstenções.-----

--- Seguidamente, o Presidente da Mesa informou que, no passado dia 14 de janeiro, havia falecido o distinto ex. membro da assembleia municipal Eng.º Fonseca Ferreira, tendo enaltecido a sua pessoa pelo trabalho exemplar realizado durante 16 anos nesta assembleia, pelo que propunha um voto de pesar, deixando à consideração dos deputados. Deu a palavra aos grupos municipais para se pronunciarem.-----

--- Usou da palavra o membro da assembleia José Nascimento que, em sintonia com o Presidente da Mesa da Assembleia, enalteceu a pessoa do Eng.º Fonseca Ferreira como grande amigo e grande colaborador desta assembleia municipal, referindo a sua isenção e a sua participação bastante útil a este concelho. Referiu a morte da esposa do funcionário José Inácio Costa, chefe do gabinete de apoio ao autarca, dizendo que o chocou imenso devido à relação de proximidade entre o Sr. Costa e as Juntas de Freguesia, solicitando que no futuro houvesse o cuidado de transmitir esse tipo de informação aos restantes membros da Assembleia. -----

--- O Presidente da Mesa de Assembleia informou que não teve conhecimento do falecimento da esposa do funcionário José Costa, salientando que informou várias pessoas da transladação das cinzas do Eng.º Fonseca Ferreira para Aldeia Velha.-----

--- Usou da palavra o membro da assembleia João Paulo Matias, informando que os deputados do Partido Socialista subscreviam integralmente o voto de pesar proposto pelo presidente da mesa da assembleia municipal, reforçando a disponibilidade que o Eng.º Fonseca Ferreira sempre teve ao serviço do concelho.-

--- O presidente da assembleia colocou à votação o voto de pesar pelo falecimento do Eng.º Fonseca Ferreira, tendo, o mesmo, sido aprovado por unanimidade. Referiu, de seguida, que no dia 16 de janeiro tinha falecido a mãe do membro da assembleia e secretária da mesa Maria Luísa Gil, propondo um voto de pesar pelo falecimento da Sra. D. Amélia da Conceição Gil, deixando à consideração dos deputados. Posto à votação, também este voto de pesar foi aprovado por unanimidade. Foi proposto mais um voto de pesar, pelo falecimento da mãe do tesoureiro da União de Freguesias de Vila Franca das Naves e Feital, D. Maria, que, posto à votação foi, igualmente aprovado por unanimidade.-----

--- Usou da palavra o membro da assembleia José Nascimento, propondo um voto de pesar pelo

falecimento da esposa do funcionário José Inácio Costa e simultaneamente irmã do Presidente da União de Freguesias de Vila Franca das Naves e Feital, António Pina.-----

--- O presidente da mesa colocou a votação o voto de pesar pelo falecimento da D. Ana Fernanda, esposa do funcionário José Inácio Costa, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

Período de antes da ordem do dia. -----

--- Usou da palavra o membro da assembleia José Nascimento referindo que o chefe de gabinete de apoio ao autarca, José Inácio Costa, é uma pessoa que merece referência, elogiando e louvando o trabalho que vem prestando e a sua disponibilidade para ajudar, esperando que seja por muito tempo.-----

--- Interveio o membro da assembleia António Pina referindo que, na apresentação da Feira do Fumeiro à comunicação social, não foram mencionados produtores de vinho e queijo de Vila Franca das Naves. Enalteceu a Escola Profissional de Trancoso pela subida de 58 lugares no ranking, no universo de 568 escolas. No entanto manifestou a sua preocupação pelo facto de o Agrupamento de Escolas de Trancoso ter descido 86 lugares, e ainda ter baixado a média para negativo, solicitando ao Presidente do Município uma reunião com a Escola para averiguar o porquê desta situação. Outra questão que o preocupa é qual a razão dos produtores de ovinos, caprinos e bovinos pertencentes ao ADS de Trancoso, localizada na Cooperativa Bandarra estão a deslocar-se para Pinhel, prejudicando o nosso concelho. Solicitou informações ao Presidente do Município sobre o assunto.-----

--- Usou da palavra o membro da assembleia Clementina Lopes, referindo que foi com agrado que viu incluído no orçamento o troço de estrada que faz a ligação da estrada nacional a Guilheiro, questionando se está previsto a colocação de um tapete na referida estrada durante o ano de 2019, uma vez que se encontra num estado muito lastimável.-----

--- Usou da palavra o membro da assembleia Tomás Martins para reforçar as palavras do membro da assembleia António Pina, sobre o ensino no nosso concelho, questionando o que de tão extraordinário terá acontecido na EPT para que estes resultados existam. O mesmo não acontece no Agrupamento de Escolas de Trancoso, referindo que só existe escola se houver alunos, quando não houver alunos não há escola. Ressalva o facto de a EPT ter foco nos alunos e o Agrupamento de Escolas de Trancoso, não saber onde está o foco. Relativamente à segunda questão, prende-se com a agricultura e o regadio, realçando que se deve aproveitar o facto do Ministro da Agricultura vir à Feira do Fumeiro para lhe salientar a oportunidade de reforçar o investimento na área da gestão da água, uma vez que nenhum concelho na Beira Interior Norte está contemplado com financiamento, quer ao nível de regadio, quer ao nível de reserva estratégica de água. -----

--- Usou da palavra o membro da assembleia Joaquim Cavaca, chamando a atenção do Presidente do Município para a necessidade da colocação de números de polícia nas aldeias de modo a facilitar o trabalho dos CTT. Mencionou a Adegas Cooperativas Beira Serra, sugerindo a necessidade de ser financiada/apoiada pelo Município, por forma a ser dotada com infraestruturas de ponta, uma vez que ela é um polo no desenvolvimento do concelho.-----

--- O Presidente do Município, usou da palavra para desejar a todos um excelente ano de trabalho, informando que o mesmo havia começado bem, sendo possível realizar algumas obras e concretizar

alguns projetos. Associou-se aos votos de pesar que foram propostos e votados na Assembleia, salientando que a Câmara Municipal tem procurado informar sempre que tem conhecimento do falecimento de pessoas com ligação ao Município. Em resposta ao membro da assembleia José do Nascimento, congratulou-se pelo trabalho prestado no Gabinete de Apoio ao Autarca pelo funcionário José Inácio Costa e espera num futuro vir a ouvir palavras de apreço relativamente a funcionários do Município que, de uma maneira geral, cumprem o seu papel com brio e profissionalismo. Informou o Presidente da União de Freguesias de Vila Franca das Naves e Feital, António Pina, que o vídeo projetado na conferência de imprensa se reportava ao ano de 2017 e que aquela tinha sido de grande importância para o concelho de Trancoso. Salientou o grande evento, Feira do Fumeiro, convidando todos os membros da assembleia e demais presentes a participarem na inauguração da Feira do Fumeiro, pelas 17h com a presença do Sr. Ministro da Agricultura, Capoulas dos Santos, onde as empresas serão promovidas e divulgadas. Quanto à questão da educação congratulou-se pelo sucesso da EPT, e salientou que a questão do ranking é algo subjetiva. Referiu que tem estado atento aos problemas do ensino e que tudo tem vindo a ser feito no sentido de o melhorar a todos os níveis, tendo, ainda, informado da reunião descentralizada do Conselho Municipal de Educação em Palhais. Acentuou o facto de o Município estar a investir no sentido do sucesso escolar dos alunos que vão frequentar o Centro Escolar da Ribeirinha e que o executivo pretende que o sucesso escolar seja extensível a todas as escolas do concelho. Quanto à questão do setor primário a propósito do agrupamento de defesas sanitárias, levantada pelo Presidente da União de Freguesias de Vila Franca das Naves e Feital, referiu desconhecer a questão, salientando que o sector primário é uma prioridade do Município. Respondendo à deputada D. Clementina, disse que o repavimento do ramal de Guilherme está contemplado no orçamento. Em resposta ao membro da assembleia Tomás Martins, congratulou-se com a referência que deixou da EPT, referindo que a educação é extramente importante e diz respeito a todos. Relativamente aos regadios, disse que irá chamar à atenção do Sr. Ministro da Agricultura para esta situação. Salientou que a visita de membros do governo ao concelho, durante os últimos anos, trouxe um retorno importante contribuindo para o financiamento de algumas obras. Em resposta ao membro Joaquim Cavaca, referiu que em relação aos números de polícia tem razão. Salientou que as Juntas de Freguesia já estão a fazer um grande esforço quer em relação a toponímica, quer em relação aos números de polícia. No que respeita à Adega Beira Serra, mantém-se um excelente relacionamento com o Executivo e este faz sempre uma excelente divulgação e promoção dos produtos.-----

--- Usou da palavra o membro da assembleia Leonel Alves, informando que após análise das certidões e ata, tem a prestar uma homenagem e agradecimento à Câmara e a este Executivo pelo que estão a fazer por Trancoso. Não se podem esquecer os condicionalismos das heranças do passado e que, apesar disso, este Município continua a fazer obra. Agradeceu ao deputado Joaquim Cavaca, por ter referido o caso da Adega Beira Serra e a sua linha de engarrafamento que é importante para o concelho e para a criação de emprego, solicitando ao executivo municipal que esteja atento a esta situação. Realçou para o facto de não ficar esquecida a questão da linha ferroviária entre o Pocinho e Vila Franca das Naves, assunto já debatido em assembleias anteriores pelo deputado António Pina e o pelo deputado Cristóvão Santos,

sendo importante uma reunião, frente a frente, com os presidentes intervenientes no assunto da linha ferroviária do Pocinho. Felicita o Presidente por trazer a este concelho, ministros, secretários de estado e pessoas importantes que são a mola real para vincular e fazer alguma coisa por este concelho. Espera que o Ministro Capoulas Santos, seja alertado não só para a área do regadio mas, também, para a questão cinegética porque o Estado nada faz pela caça no nosso concelho. Reitera e repete a satisfação pela obra que está a ser feita apesar da contenção que existe.-----

--- Interveio o membro da assembleia Jorge Morgado, levantando novamente a questão sobre a ligação da linha da Beira Alta ao Tua, questionando se já houve novidades uma vez que é uma mais-valia para o concelho.-----

--- Usou da palavra o membro da assembleia Daniel Almeida, dizendo que é do seu agrado ver referenciado nesta assembleia, um debate que é central na sociedade, a Educação. Referiu ser importante realizar-se um debate sobre o ensino em Trancoso, ouvindo-se professores, funcionários, representantes dos alunos e encarregados de educação. Neste sentido a Juventude Socialista decidiu propor ao grupo Parlamentar do PS e, por conseguinte, o grupo Parlamentar do PS vem propor à Câmara Municipal de Trancoso a realização do Parlamento dos Jovens Municipal, com o objetivo de desenvolver as capacidades argumentativas e espírito crítico dos jovens, familiarizando-os com os centros de decisão da política local. Refere que é triste analisar as escolas pelo ranking, quando apenas se compara uma questão quantitativa nas notas obtidas nos exames e as obtidas nas disciplinas. Salientou que a escola deve ir muito além destes resultados. Disse ainda, que o grupo parlamentar dos jovens municipais colocaria em discussão cinco temas considerados pertinentes no seio da comunidade etária mais jovem e a assembleia municipal discuti-las ia para que os jovens sentissem que o trabalho realizado por eles teria seguimento e seria uma mais-valia para o futuro. Paranebizou os jovens deputados Trancosenses que terão a honra de representar o distrito da Guarda na sessão nacional do Parlamento dos Jovens.-----

--- Interveio o membro da assembleia Tomás Martins, salientando que o deputado Leonel Alves falava sempre do passado mas, este executivo tem uma vantagem clara em relação a outros executivos. Tem valores, ética, e é isto que importa passar para gerações futuras, puxando todos para o mesmo.-----

--- No uso da palavra o membro da assembleia António Pina, informou que o deputado Joaquim Cavaca, que a junta de freguesia de Vila Franca das Naves e Feital está à espera de uma declaração da Comissão Municipal de Toponímia para proceder à colocação dos números de polícia e números de rua.-----

---- Interveio o deputado Paulo Matias, realçando que todos os meses se pagam dividas do passado e, isto sim, é o presente “porque é agora que se está a pagar”.-----

--- Usou da palavra o membro da assembleia Tomás Martins, para dizer que o passado não tem só coisas más. Tem, também, coisas boas. Trata-se de um passado que tem repercussões no presente e no futuro, tendo de se olhar com positivismo para o futuro. Salientou que as coisas más todos os dias são referidas e as coisas boas, não são lembradas.-----

--- Usou da palavra o membro da assembleia Leonel Alves, dizendo ao deputado Tomás Martins que não se esquece do que está bem. Porém, compete-lhe dizer o que está mal. É o primeiro a dizer a este executivo o que está mal, pois o que está em causa são os interesses do concelho.-----

--- O membro da assembleia Tomás Martins interveio para dizer o que se passou na conferência de imprensa, na apresentação pública da Feira do Fumeiro é que foi importante pois, falou-se de coisas importantes para o concelho e que vão muito além da questão da dívida do passado. Falou das pessoas que apoiam o executivo, PS e PSD, falou dos valores que representam e incorporam na sua vida, no dia-a-dia e, referiu ainda, que todos estão do mesmo lado, ou seja, por um Trancoso melhor.-----

--- No uso da palavra o Presidente do Município respondeu às questões levantadas pelo deputado Leonel Alves, agradecendo-lhe o reconhecimento que fez, no que concerne a boa gestão e obras que o Executivo vai conseguindo pôr em prática. Salientou a vinda de representantes dos órgãos do Estado, a Trancoso, como uma mais-valia para a realização de diversas obras como a Escola da Ribeirinha, com um custo de 650.000,00€ (seiscentos e cinquenta mil euros) sendo 550.000,00€ (quinhentos e cinquenta mil euros) de financiamento; o Centro de Inovação Social, no qual a Câmara irá gastar cerca de 40.000,00€ (quarenta mil euros); a Área de Acolhimento Empresarial no valor de 844.000,00€ (oitocentos e quarenta e quatro mil euros), com financiamento de 710.000,00€ (setecentos e dez mil euros) e ficando a cargo da Câmara cerca de 130.000,00€ (cento e trinta mil euros); a Igreja de Santa Marinha, em Moreira de Rei, com um custo de 300.000,00€ (trezentos mil euros) sendo da responsabilidade da Câmara, apenas, 40.000,00€ (quarenta mil euros); a Regularização Fluvial com um custo de 100.000,00€ (cem mil euros) não tendo encargos para a Câmara; o Centro de Recolha Oficial de Animais, no valor de 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros) tendo um financiamento de 50.000,00€ (cinquenta mil euros); o Estádio Municipal, uma obra no valor de 300.000,00€ (trezentos mil euros) tendo 180.000,00€ (cento e oitenta mil euros) de financiamento; a requalificação do Edifício da ex-GNR para instalação da Incubadora de Empresas com um custo de 500.000,00€ (quinhentos mil euros) sendo da responsabilidade da Câmara 15% do custo da obra; ou seja, um conjunto de 10 obras sendo 9 financiadas. Disse ainda, que está a decorrer o concurso de repavimentação da estrada nacional 226. Relativamente à linha do Pocinho, disse não querer criar expectativas enquanto não for feita uma reunião com os municípios intervenientes. Quanto às questões levantadas pelos deputados Tomás Martins e Paulo Matias, disse que, efetivamente, houve coisas boas no passado nomeadamente a albufeira da Teja. Refere, porém, que o presente é difícil e só com dedicação, trabalho e rigor se consegue colocar no terreno, todas as obras que são importantes para o concelho.-----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto um** da ordem do dia.-----

--- No uso da palavra o Presidente do Município sublinhou o evento de Natal que teve um programa com qualidade e diversidade e que deveria ser orgulho de todos. Salientou o cuidado no arranjo das estradas e pavimentos degradados e a limpeza de ruas. Reconheceu algum mau estado das vias municipais e disse que a estrada de Carapito tem vindo a ser remendada mas ainda não se conseguiu recuperar. Referiu a limpeza de espaços, a poda das árvores, a recolha diferenciada de papel e plástico, a reposição de calçadas e passeios e, no âmbito da proteção civil, salientou a aplicação de sal-gema. Fez, ainda, referência à realização de sessões de esclarecimento sobre floresta segura e informou da requalificação do parque do recreio da escola EB1 de Trancoso. Relativamente à sua agenda, disse tratar-se de um conjunto de muitas atividades que exigem um esforço enorme. Falou, também, de outros projetos que irão ser lançados a concurso tais como, o Centro Oficial de Recolha de Animais, a requalificação da Ex- GNR e

a requalificação da estrada Municipal. Destaca ainda, que para este ano, além das atividades já previstas, seremos providos de mais dois eventos de grande importância para Trancoso, um no dia 6 de julho, o Jantar de Gala e Concurso de Vinhos da Beira Interior, e nos dias 12 e 13 de setembro, o X Encontro Europeu da Castanha.-----

--- Interveio o membro da assembleia José Nascimento, referindo que no Reboleiro foram realizadas duas atividades que contaram com a presença do Executivo, o que muito lhe agradou. Referiu o dia 19, que contou com a atuação da Universidade Sénior de Trancoso, muito bem orientada pela deputada, Maria José, e no dia 2 de fevereiro realizou-se a “Noite de Fados”, estando presentes membros do Executivo e o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal. Relativamente à aquisição / instalação da rede wi-fi e Bluetooth em Trancoso, questionou se o Reboleiro ou alguma outra freguesia vão, também, beneficiar da instalação. Disse que já existe rede wi-fi no Reboleiro mas com deficiências uma vez que ainda não houve capacidade financeira para a compor. Informou que decorreu uma ação de formação destinada a juntas de freguesias, em Fornos de Algodres, realizada pela ANAFRE e, informou sobre o sistema de contabilidade da administração pública em vigor a partir de 1 de janeiro de 2019, que foi adiado para 2020. Salientou, porém, a necessidade de se adaptarem ao novo sistema e, por isso, solicitou ao Executivo, a aquisição de equipamento e a disponibilidade de pessoal de modo a agilizar estes novos serviços.-----

--- Usou da palavra o membro da assembleia António Pina, referindo não ter visto referido a ETAR de Vila Franca das Naves, nas obras elencadas pelo Presidente. Alertou para a necessidade de se proceder com rigor à limpeza das florestas evitando queixas por parte da população.-----

--- O membro da assembleia Tomás Martins, interveio para se referir a um trabalho de cooperação entre a ApiGuarda, a CAP, o Município de Trancoso e AENEBEIRA. Tratou-se da organização de uma reunião de pequenos e médios agricultores, na qual se divulgaram as medidas de apoio ao setor primário e se deram informações sobre a questão dos fertilizantes e pesticidas O membro da assembleia Tomás Martins disse que as entidades que mencionou tem a obrigação de “fazer as coisas com as pessoas e para as pessoas”, e que trabalhando em conjunto se conseguem atingir objetivos como é o caso de 22 agentes económicos do centro histórico de Trancoso, que se candidataram ao programa de negócios 4.0, para tentarem abrir ao mundo o seu comércio tradicional, através de plataformas online de divulgação.-----

--- Em resposta às questões, o Presidente do Município disse, relativamente à intervenção do membro da assembleia José Nascimento, que é obrigação do executivo participar nos variados eventos realizando no concelho, realizando um trabalho conjunto. Deixou uma palavra de apreço às juntas de freguesias pelo trabalho realizado, uma palavra de apreço às Associações pelo desenvolvimento que promovem no concelho, e uma palavra de apreço às Empresas e Empresários por arriscarem, investir e inovarem em Trancoso. Quanto ao wi-fi, irá ser instalado em Trancoso não descurando as outras zonas do concelho. Tomou nota do apelo para ajudar na nova contabilidade das juntas de freguesia e esclareceu que são 11 obras a realizar no concelho, com um valor aproximado de 4.000.000,00€ (quatro milhões de euros) e que a ETAR de Vila Franca das Naves, com um financiamento de 332.000,00€ (trezentos e trinta e dois mil euros), está contemplada. Referiu que tem de haver rigor no que diz respeito a limpeza de terrenos e faixas de combustão florestais, para defesa eficaz das pessoas e bens.-----

--- Usou da palavra o membro da assembleia Tomás Martins, referindo o trabalho meritório da ex-funcionária Lurdes Susana, deixando uma palavra de reconhecimento pelo trabalho prestado a esta assembleia e desejando sucesso na sua nova carreira.-----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto dois** da ordem do dia. -----

--- O Presidente do Município referiu que o orçamento não é estático adaptando-se às necessidades do concelho. Salientou alguns aspetos, nomeadamente a transferência do orçamento de estado, com base no artigo 35º, n.º 3 da lei 73/2013, pela nova lei das transferências, lei 51/2018 e que permitiu à Câmara Municipal receber do Orçamento de Estado mais 497.000,00€ (quatrocentos e noventa e sete mil euros). Referiu que foi aprovada a candidatura para a valorização do castelo no valor de 298.000,00€ (duzentos e noventa e oito mil euros), e o financiamento do Centro de Recolha Oficial de Animais, no valor de 45.000,00€ (quarenta e cinco mil euros). Irão reforçar-se várias rubricas havendo a abertura de uma rubrica especifica para tratar de uma ação judicial relativa ao anexo do Convento dos Frades no valor de 122.000,00€ (cento e vinte e dois mil euros), à empresa ASCOP, e pagando-se esta ação judicial no valor de 15.000,00€ (quinze mil euros) /mês, a partir do mês de março e até ao final de 2019.-----

--- Usou da palavra o membro da assembleia António Pina, para referir que os municípios beneficiaram da ação da ANAFRE que conseguiu que o resto do Orçamento de Estado viesse para os municípios e juntas de freguesia.-----

--- O Presidente da Mesa colocou a proposta à votação tendo sido a mesma aprovada por unanimidade. Informou que se iria passar ao **ponto três**. -----

--- O Presidente do Município referiu que a Câmara procurou concretizar medidas de contenção de despesas por forma a manter o equilíbrio estrutural do município. Ressalvou que, em 31 de dezembro de 2013 tinham uma dívida de 11.500.000,00€ (onze milhões e meio de euros) e, atualmente, a dívida é de 5.500.000,00€ (cinco milhões e meio de euros), sem contar com a questão das diversas ações judiciais em curso. Sublinhou o grande esforço feito por parte do município, Associações, juntas de freguesia e trancosenses em geral. Disse que a situação financeira melhorou de forma significativa permitindo a realização de um empréstimo para o concurso da obra da estrada nacional 226 (até à Lactovil). O Orçamento teve de se ajustar anulando-se e/ou diminuindo-se muitas rubricas de forma a poder ter-se 616.000,00€ (seiscentos e dezasseis mil euros) para o lançamento de obras. Salientou que os empréstimos são específicos para estas obras permitindo libertar dinheiro para apoiar outros investimentos. O 1º empréstimo é de 332.000,00€ (trezentos e trinta e dois mil euros) para a requalificação da ETAR de Vila Franca das Naves sujeita a nova candidatura à ARHNorte, assumindo o compromisso de que o problema ambiental em Vila Franca das Naves será resolvido mas também é necessário a colaboração de alguns empresários, nomeadamente a Adega Beira Serra e Lacticôa. O 2º empréstimo destina-se à construção do Centro de Recolha Oficial de Animais no valor de 125.000,00€ (cento e vinte e cinco mil euros). O 3º empréstimo destina-se à requalificação da Estrada Municipal de Trancoso até à Lactovil e Ramal das Torres, no valor de 664.000,00€ (seiscentos e sessenta e quatro mil euros). O 4º empréstimo destina-se à requalificação do Estádio Municipal de Trancoso, no valor de 120.000,00€ (cento e vinte mil euros), para arranjo da cobertura, laterais, muros, portões e pista de atletismo. O 5º empréstimo

destina-se à Área de Acolhimento Empresarial e edifício da Ex. GNR, no valor 238.600,00€ (duzentos e trinta e oito mil e seiscentos euros). No total, trata-se de 1.480.000,00€ (um milhão e quatrocentos e oitenta mil euros) que poderão ser ou não ser necessários, mas que permitem uma folga financeira ao Executivo, para realizar outras obras. Referiu, ainda, que no mapa de empréstimos do Orçamento de 2019, tem o valor 3.858.000,00€ (três milhões e oitocentos e cinquenta e oito mil euros), salientando que este esforço valeu a pena.-----

--- Usou da palavra o membro da assembleia Jorge Morgado, referindo que ficou surpreendido pelo recurso a empréstimos, por parte do executivo, apesar do acréscimo do Orçamento de Estado que lhe coube. Não condena a utilização de empréstimos para financiar despesas prioritárias mas lamenta as lamúrias sobre o que aconteceu no passado, salientando que se deve olhar para o presente e futuro e esperando que este Executivo continue a financiar como entender, desde que o objetivo seja melhorar a situação do concelho.-----

--- O membro da assembleia Carlos Saldanha, usou a palavra para comunicar que os empréstimos de médio e longo prazos suscitam um sentimento de hipoteca de limitação de um futuro que todos queremos de esperança, pelo que apresenta a sua declaração de voto sobre as propostas de contratação de empréstimo para financiamento bancário: “ Em, 1º lugar constata, e isso é positivo, que a capacidade de endividamento para 2019 está acima de um milhão e quinhentos mil euros (regras do art.º 52 e 54 da lei 73/2013), o que quer dizer, por si só, que as contas do município estão mais enxutas... pois permitem, uma maior folga para a contratualização de empréstimos de longo prazo. Em 2º lugar constato pelas certidões que nos foram disponibilizadas, que houve pelo menos uma proposta considerada valida pelo júri dos concursos, em concreto do Banco Millennium BCP, S.A., e que hoje aqui está, pese embora a extemporaneidade da proposta da Caixa de Crédito Agrícola Mutuo do Vale do Távora e Douro, CRL., em tempos assim não foi! Em 3º lugar, constato que todas as propostas de empréstimo foram aprovadas por unanimidade em sede de executivo, com uma simples declaração de voto dos Senhores vereadores do PSD, embora entendessem os Senhores vereadores do PSD que tais obras são necessárias! Em 4º lugar e após ter consultado o mapa de empréstimo do município de abril de 2018, constato que hoje se vivem outros tempos, bem distantes das taxas de juros (SPREAD) 4,21% (2002), ou 2,86% (2003) ou mesmo 2,05% em 2012, tendo-se cifrado as propostas aprovadas em 1,75% de SPREAD (indexado à Euribor a 12 meses) “... se é certo que os tempos e finalidades são outras, é inequívoco, que hoje, se respiram outros ares em Trancoso...”. Os custos contingentes deste município, são aquilo que são, mas é hoje inequívoco constar que estes indicadores de gestão, apontam, claramente, numa estabilização e consolidação das contas públicas do município, mérito dos executivos a que V.ª Exª preside, Sr. Presidente. O caminho tem que ser cauteloso pois a afetação de recursos aos compromissos que vêm do passado, são de uma enorme exigência. Bom, mas passemos a analisar os empréstimos que aqui temos, Construção da ETAR de Vila Franca das Naves: 332.000,00€; Requalificação da Rede Viária Municipal: 664.892,00€; Projeto INOVCAST – Construção da Área de Acolhimento Empresarial e Requalificação de Edifício para Instalação de incubadora de Empresas: 238.627,00€; Construção do Centro de Recolha de Animais: 125.046,00€; Total dos empréstimos: 1.481.103,00€ abaixo do citado plafonamento legal. Vejamos cada um dos

financiamentos de “per si”. Quanto à construção da ETAR de Vila Franca das naves, resulta de uma necessidade mais do que premente e também dos imperativos legais, sob pena de incumprimento de normas imperativas. Quanto à Requalificação da Rede Viária Municipal, resulta de uma necessidade mais do que premente e também dos imperativos de segurança, em última análise legais. Quanto ao Projeto INOVCAST – Construção da Área de Acolhimento Empresarial e Requalificação de Edifício para Instalação de Incubadora de Empresas, é imperativo avançar já, e pena é que ainda não tenha sido possível, pois é vital chamar o investimento ao concelho e possibilitar o abrir de portas ao micro mercado das pequenas empresas, já existente e vindouro, logo, uma opção forçada por imperativos estratégicos e de desenvolvimento local. Construção do Centro de Recolha de Animais: 125.046,00€, resulta de uma necessidade mais do que premente e também dos imperativos legais. Quanto à Requalificação do Estádio Municipal, prende-se com a sua adequação a um melhor uso e à correção das vicissitudes existentes, em ordem a desempenhar cabalmente as funções a que está destinado. Parece-me, salvo melhor opinião e em integral respeito pelas demais, que destinando-se estes empréstimos a assegurar a componente nacional das candidaturas e a libertação de meios para a execução de outros projetos sem financiamento, que seja pacífica a deliberação desta assembleia municipal, no sentido da sua aprovação. Pelo que fica dito, votaremos favoravelmente a contratação de tais empréstimos, assegurando-se assim a concretização de tais obras. Um pensamento ou um arquétipo político pode ser algo excelente mas a realidade começa na ação. É de elementar justiça, reconhecer que o rigor e a criteriosa gestão de meios dos últimos 5 anos, tornam hoje, possível, a redução do passivo e estes financiamentos, nas condições apresentadas.”-----

--- No uso da palavra o Presidente do Município, agradece a informação e explicação feita pelo deputado Carlos Saldanha, salientando que a capacidade de endividamento da Câmara Municipal em 2019, permite este empréstimo, podendo não ser necessário utilizar todos os montantes dos empréstimos sendo apenas utilizado o necessário. Realça que foram convidadas todas as instituições bancárias do concelho, verificando-se, apenas, uma proposta válida por parte do Millennium BCP, com uma taxa de Euribor com spread de 1,74, abaixo de muitas outras taxas de empréstimos. Houve outra proposta que entrou fora de prazo e que o júri decidiu rejeitar validando apenas, as condições da proposta do Millennium BCP. Quanto à questão levantada pelo deputado Jorge Morgado, informa que estes dois empréstimos em 2017, na importância de 900.000,00€ (novecentos mil euros) irão ser revalidados. Disse que os empréstimos contraídos serão sempre inferiores ao valor gasto em apenas um equipamento construído no passado e que ainda está por pagar. Os conjuntos dos empréstimos de dois mandatos serão inferiores à construção, por exemplo, da Central de Camionagem, justificou. -----

--- O membro da assembleia João Rafael, questiona o Presidente sobre os empréstimos previstos, uma vez que foi referido diversas vezes, por parte do Presidente, que o dinheiro pode ser ou não ser utilizado na totalidade. Pretende, por isso, saber como vai ser usado pois entende que se está a votar algo que não se sabe bem para quê. Gostou de saber que a ETAR de Vila Franca das Naves vai ser reparada assim como a estrada nacional 226, o quartel, o estádio e o canil. Espera que não se faça o mesmo que se fez no passado, que tanto se critica. Disse que o atual Executivo vai “lavar a cara” das obras que foram feitas no passado no Executivo PSD. Disse que é preciso inovação e não requalificação do que já está feito.

Lamenta que este financiamento redutor que fica muito aquém do que necessita o Município de Trancoso, devendo ser aproveitados todos os fundos, para fazerem obra que trouxesse inovação a Trancoso. -----

--- Usou da palavra o membro da assembleia Joaquim Cavaca, referindo que no passado criticou de forma construtiva o executivo que antecedeu o atual edil, salientando que também tem sido efetuado obra, e é importante que se reconheça. Há, contudo, uma questão democrática, que apesar de reconhecer a competência do júri enunciado pelo Presidente, existe efetivamente mais um empréstimo e um endividamento independentemente da taxa de spread que se discute. Assim, questiona a forma como vai ser pago o que está para trás e o que há-de vir. Relativamente aos 600.000,00€ (seiscentos mil euros) de despesa para o pavimento dentro da cidade de Trancoso, intende que é um valor muito elevado para 5 ou 6 km de estrada. Disse que é necessário conhecer o caderno de encargos de modo a justificar este valor pois se fizerem as contas sairá a mais de 100.000,00€ (cem mil euros) o quilómetro, achando que é muito dinheiro. -----

--- O membro da assembleia Paulo Matias, usou da palavra para dizer ao deputado Jorge Morgado que estes empréstimos só são possíveis porque foi feita uma gestão de controlo e rigor deste Executivo. Lembrou que a dívida registada ao banco e a terceiros, em 31 de dezembro de 2013, era de 11.500.000,00€ (onze milhões e meio de euros) e que a dívida registada em 31 de dezembro de 2018, é de 5.500.000,00€ (cinco milhões e meio de euros). Fazendo as contas, significa que se fez uma poupança de mais de 1.000.000,00€ (um milhão de euros) por ano e, só assim, é possível agora, aprovar estes empréstimos. Disse que gostaria de não ter que contrair estes empréstimos mas, por causa da herança do passado, tem de se recorrer a eles. Sublinhou que não basta falar em alternativas, é necessário apresentá-las. Disse ainda, não ter visto nas palavras do Dr. Rafael e Dr. Jorge Morgado qualquer alternativa àquilo que é proposto, ou será que entendem que estas obras não são necessárias (?). Só são possíveis estes empréstimos porque o Município de Trancoso tem capacidade de empréstimo devido a não ter ultrapassado os limites máximos de empréstimos. Gostaria de lembrar que a Parceria Público Privada foi inventada porque a Câmara Municipal de Trancoso tinha ultrapassado a capacidade máxima de endividamento. Assim, não foi mais que um financiamento encapotado criando a figura da PACETEG que tinha 49% de capital da TEGEC e 51% de capital de uma empresa privada. Nunca ouviu ao Executivo socialista que chegaria ao fim do mandato com o endividamento a zero. Sempre assistiu a uma gestão controlada e equilibrada das contas do Município. Lembra ainda, que é por causa do passado que hoje estão a votar empréstimos para o futuro. -----

--- Usou da palavra o membro da Assembleia João Rafael para resposta ao deputado Paulo Matias e dizendo que não estava contra a reparação da estrada e que até parabenizou o Executivo. Salientou que as obras mencionadas já deveriam ter sido feitas e que se querem uma resposta/alternativas, os deixem ir para o executivo que resolvem o problema. -----

--- O Presidente do Município lembrou o deputado João Rafael, que o povo é quem mais ordena, salientando que este executivo tem a legitimidade para resolver os problemas vindos do passado e para poder fazer obra, apesar do estado em que o concelho ficou. Disse que promover Trancoso é uma importante obra. Construir a área de acolhimento empresarial é uma obra nova, o quartel dos Bombeiros

Voluntários de Trancoso foi uma obra em que o município financiou mais de 300.000,00€ (trezentos mil euros), o sintético no campo de jogos em Vila Franca das Naves foi também, financiado pelo município. A estrada e o quartel da Ex- GNR já existiam mas necessitam de ser requalificados, o Centro de Recolha Oficial de Animais que não existe, vai ser construído. Portanto, não é possível dizer que se querem obras mas que não se querem empréstimos. Acentuando que os empréstimos do mandato anterior e deste mandato, são inferiores a uma das obras que efetivamente ainda está por pagar como por exemplo a Central de Camionagem, não pondo em risco o reequilíbrio financeiro da Câmara Municipal, mencionando que os empréstimos estão vinculados para as obras adjacentes aos mesmos e que não poderão ser utilizados para outros fins.-----

--- O Presidente da Mesa colocou a proposta à votação tendo sido a mesma aprovada por unanimidade.---

--- Usou da palavra o membro da assembleia José Nascimento, referindo que os empréstimos quando são bem-feitos e bem utilizados, deixam de ser uma dívida para ser um investimento. Referindo que as PPP não são uma invenção dos Trancosenses, mas um recurso aproveitado do poder central para a boa gestão, apresentando seguidamente a sua declaração de voto: “ Analisadas as propostas do Executivo Camarário para a contração de 5 empréstimos, o Grupo Municipal do PSD, concluiu que: Finalmente, vem o mesmo Executivo dar razão a muitas das medidas levadas a efeito no passado, no tocante ao recurso a empréstimos, para a realização de obras necessárias e que, de outro modo, seria difícil concretizar; Julgamos estarem reunidas todas as condições que a lei exige, para que as previsões dos empréstimos se tornem uma realidade, após a aprovação nesta Assembleia; Ao contrário do que acontecia no passado, em que o Grupo Municipal do PS orientou sempre o seu sentido de voto contra as propostas do Executivo de então, o Grupo Municipal do PSD, hoje, quer dar um exemplo positivo, diferente e coerente; Positivo, porque temos consciência de que, com o voto contra do PSD, estes empréstimos não seriam contraídos, colocando em risco os investimentos e a realização das obras previstas, dificultando ainda mais a já muito difícil vida de quem aceita viver em Trancoso, como primeira opção; Diferente, porque o nosso sentido de voto é a favor e não contra, como outrora acontecia; Coerente, porque, sempre fomos defensores do progresso, e de tudo fazer, quanto possível, para criar e manter a melhor qualidade possível a quem vive neste Concelho, e a quem, por qualquer razão, aqui recorre para investir ou fazer o seu negócio, em vez de perder tempo com demagogia barata, a apregoar e inventar problemas, obstáculos e dívidas inexistentes; Por tudo isto, e porque a Câmara Municipal de Trancoso ainda tem capacidade de endividamento, votámos a favor. No entanto, preferíamos que tivesse havido maior cuidado e empenho do Executivo, na procura e concretização de candidaturas a fundos de apoio, nas áreas em isso era possível, aliviando algumas receitas para outros fins, nomeadamente nas redes viárias, que não são comparticipadas, mas nem por isso deixa de ser necessária a sua reparação e manutenção, como é o caso da estrada que liga o nosso concelho à Freguesia de Carapito, em que nem os buracos se encontram retificados; Por fim, fazemos votos sinceros de que estas obras não sirvam apenas para mera propaganda, mas que se concretizem com a brevidade necessária e possível, e que outras se lhe sigam, de forma que os Munícipes de Trancoso, se sintam felizes por terem optado viver aqui. ”-----

--- O membro da assembleia Carlos Saldanha, usou da palavra para fazer a declaração de voto do PS: “A

capacidade de endividamento para 2019 do município de Trancoso, está acima de 1.500.000,00€ (um milhão e quinhentos mil euros), sinal revelador da consolidação das contas públicas do município de Trancoso, o que permite potenciar uma criteriosa contratualização de empréstimos de longo prazo, para fazer face às necessidades mais prementes dos Trancosenses. A proposta considerada válida pelo júri dos concursos, hoje aqui aprovada por unanimidade, com um SPREAD de 1,75% (indexada à Euribor a 12 meses) apresenta valores bem distantes das taxas e juros (SPREAD) 4,21% (2002), ou 2,86% (2003) ou mesmo 2,05% em 2012, sendo certo que os tempos e finalidades são outras, é inequívoco, que hoje, se respiram outros ares em Trancoso. Os custos contingentes do município são aquilo que são, fruto duma pesada herança de despesismo incontrolado, mas é hoje inequívoco, constatar, que estes indicadores de gestão, apontam, claramente, no sentido da estabilização e consolidação das contas públicas do município, da responsabilidade do atual e anterior executivo. Os financiamentos em causa, a saber, Construção do Centro de Recolha de Animais: 125.046,00€ (cento e vinte e cinco mil e quarenta e seis euros); Construção da ETAR de Vila Franca das Naves: 332.000,00€ (trezentos e trinta e dois mil euros), Requalificação da Rede Viária Municipal: 664.892,00€ (seiscentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e noventa e dois euros); Projeto INOVCAST – Construção da Área de Acolhimento Empresarial e Requalificação de Edifício para Instalação de Incubadora de Empresas: 238,627,00€ (duzentos e trinta e oito mil, seiscentos e vinte e sete euros), Requalificação do Estádio Municipal: 120.538,00€ (cento e vinte mil, quinhentos e trinta e oito euros), num total 1.481.103,00€ (um milhão, quatrocentos e oitenta e um mil, cento e três euros), resultam por um lado de imperativos legais e por outro, de um alinhamento estratégico e criterioso na condução dos desígnios do município, aos quais a bancada do Partido Socialista adere, convertendo-se assim num catalisador e potenciador de tais desígnios. Um pensamento ou um arquétipo político pode até deslumbrar, mas a verdade é que a realidade começa na ação. Deste modo, destinando-se estes empréstimos a assegurar a componente nacional das respetivas candidaturas e à libertação de recursos para a execução de outros projetos sem financiamento, votámos favoravelmente as propostas de financiamento, em ordem a assegurar o tão breve quanto possível, a concretização dos fins a que se destinam.”-----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto quatro** da ordem do dia.-----

--- O Presidente do Município informou que as duas propostas apresentadas, uma se refere ao serviço de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, visto aproximar-se o fim do período do contrato em vigor com término a 30/11/2019, havendo necessidade de se abrir um novo procedimento para contratação de um novo serviço que incluía a reposição, manutenção e conservação dos contentores sendo o valor estimado de 15.500,00€ (quinze mil e quinhentos euros/mensais), desde modo precisam de autorização prévia para o lançamento do concurso público, porque ultrapassa as despesas plurianuais para 3 anos, sendo no mês de dezembro de 2019 o valor 15.500,00€ (quinze mil e quinhentos euros), o ano de 2020 (12 meses) um total de 186.000,00€ (cento e oitenta e seis mil euros), o ano 2021 (12 meses) o total de 186.000,00€ (cento e oitenta e seis mil euros) e o ano de 2022 (11 meses), estimando-se um valor de 558.000,00€ (quinhentos e cinquenta e oito mil euros) para 3 anos para RRSU. A outra proposta tem a ver com a aquisição de serviços de investigação e desenvolvimento a contratar com a UTAD, tendo um valor total de

110.000,00€ (cento e dez mil euros), para 6 anos estando em causa os anos de 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024, por forma a dar continuidade ao trabalho que foi realizado na fileira da castanha e castanheiro. -----

--- Interveio o membro da assembleia António Pina, referindo que deveriam ter em atenção os dias de recolha do lixo, salientando que antes de assinar o contrato, deveria ser feito uma reunião com as Juntas de Freguesia, uma vez que houve vários problemas com os contentores, e salienta que o mês de agosto deve ser supervisionado em relação à recolha de lixo para que não aconteça o mesmo que o ano transato. Deu os parabéns ao Município pela parceria com a UTAD em relação ao castanheiro, mas pensa que novas parcerias poderiam surgir, como por exemplo a nível de floresta, vinha e pecuária, sendo a UTAD bem considerada nestes setores, destaca ainda que gostava de saber o porquê de 5 anos do protocolo com a UTAD.-----

--- No uso da palavra o Presidente do Município, informou que da parte do Município estão recetivos a reunir com as Juntas de Freguesia para estudar as dificuldades existentes, antes do lançamento do concurso. Relativamente à UTAD são 5 anos sendo cada ano 22.000,00€ (vinte e dois mil euros), porque é um serviço de investigação e desenvolvimento, permitindo a conservação das variedades da castanha e integração de um futuro banco de germoplasma da variedade da Martinha, sendo que 1 ou 2 anos não seria suficiente para um protocolo desta natureza. Recorda que da informação dos últimos 3 anos resultou no lançamento de um livro sobre o castanheiro no concelho de Trancoso. Quanto aos desafios da vinha e pecuária são uma parceria pertinente para o futuro.-----

--- O Presidente da Mesa colocou a proposta à votação tendo sido a mesma aprovada por unanimidade. Informou que se iria passar ao **ponto cinco**. -----

--- Usou da palavra o Presidente do Município, referindo que em 2016 já havia deliberado a abertura de um procedimento concursal para dois lugares de direção intermédia de 2º grau, um chefe de divisão de obras, ambiente e estruturação de equipamento urbano, desempenhado atualmente pelo Eng.º Vítor Jorge, em substituição e um chefe de divisão administrativa que em substituição é ocupado pelo Dr. Francisco Coelho. Relembra que em assembleia de 27 de junho de 2016 houve uma deliberação para nomeação de um júri, no entanto houve um membro do júri, o Dr. Pedro Alexandre Nogueira Cardão, que comunicou ao Município que por razões profissionais estaria indisponível para fazer parte do júri, pedindo a sua substituição, nomeando-se os seguintes membros para o júri: Presidente: Dr. Adelino Fernando Almeida de Castro, da Câmara Municipal de Viseu; 1º Vogal – Dr. Fernando Tavares Delgado, diretor de departamento da Câmara Municipal de Trancoso; 2º Vogal – Dr. Carlos Fernando dos Santos Dinis Simões da Câmara Municipal de Belmonte, indicando-se ainda dois vogais suplentes: Dra. Ana Isabel de Jesus Martinho, administradora na UBI e Arq. João de Jesus Martins Marujo da Câmara Municipal de Pinhel, referindo que o mesmo júri irá avaliar os dois procedimentos concursais. A Câmara Municipal de Trancoso aprovou em reunião em 20 de fevereiro e deliberou submeter a esta apreciação e indicação deste novo júri para se poder lançar o novo procedimento, para os chefes de divisão poderem concorrer.-----

--- O Presidente da Mesa colocou a proposta à votação tendo sido a mesma aprovada por unanimidade. Informou que se iria passar ao **ponto seis**. -----

--- No uso da palavra o Presidente do Município, informa do decreto-lei n.º 22/2019 a propósito da gestão de valorização de imóveis, neste caso concreto, o Castelo e o decreto-lei n.º 20/2019 de 30 de janeiro que procura concretizar a transferência de competência para as autarquias relativas ao setor da proteção e saúde animal e à segurança dos alimentos. A Câmara Municipal de Trancoso entendeu à semelhança da Assembleia em dezembro não aceitar para já estas 2 competências para o ano de 2019, referindo que não se sabem as contrapartidas financeiras, sendo ainda necessário a adaptação das devidas taxas do Município, adaptar os serviços veterinários municipais às novas exigências e a criação de acompanhamento tal como previsto no art.º 16, 17 e 18 do referido decreto-lei. Salaria que há uma obra prevista para o início de abril que é o Centro de Recolha Oficial de Animais. Relativamente à questão da gestão e valorização dos imóveis – Castelo, entendeu-se que há uma ausência da contrapartida financeira, sendo necessário adaptar e regulamentar novas taxas, dialogar com a Direção Geral do Património Cultural a propósito de algumas obras de consolidação de parte da muralha, sabendo que ainda não reunidas as condições de aceitar estas competências para o ano 2019. Informa os deputados municipais que já foram publicados o decreto-lei n.º 21 no domínio da educação onde terão de tomar uma posição até 30 de abril, e o decreto-lei n.º 23 a propósito da saúde, ainda sem prazo definido.-----

--- Interveio o membro da assembleia António Pina, referindo que ao contrário do que defendeu nos diplomas anteriores em que achava que estavam a ser apressados, nestes entende que não estamos a ser apressados, são diplomas que envolvem o património e muito dinheiro e é sensato não aceitar quando não se sabe aquilo que vem. Refere que no diploma setorial dos animais, vem explícito um licenciamento de pequenas indústrias de transformação de produtos que poderia ser importante para nós, no entanto entende que devido à complexidade desse diploma não deverá ser aceite.-----

--- Usou da palavra o membro da assembleia Tomás Martins, referindo que votará favoravelmente à não-aceitação destas competências, porque há uma portaria que não está explícita, expondo que o governo quer descartar as competências para os municípios não sabendo o impacto que terá a médio e longo prazo, salienta que existem prespetivas diferentes em relação à descentralização, expondo que quando há transferências de competências é necessário esclarecer o que são, quais as obrigações e para que servem.-----

--- Interveio o membro da assembleia Paulo Leocádio, em resposta ao deputado Tomás Martins, que deve-se analisar esta descentralização, que julga não ser um aliviar da carga do governo, ou se quer um estado central que comande tudo, ou se quer de facto uma descentralização com poder nas autarquias e juntas de freguesia podendo tomar decisões, salientando que é contra porque isto não é uma imposição do governo, houve negociações com Associação Nacional de Municípios, donde resultaram 22 diplomas setoriais, e com a ANAFRE com 1 diploma, não sendo um aligeirar das responsabilidades do governo. Relativamente aos diplomas debatidos nesta e na última assembleia, deveriam ter sido votados favoravelmente alguns diplomas, referindo que há um diploma que deveria ser aprovado que é o do Castelo, realçando que não devemos ver a descentralização como um processo negativo.-----

--- Em defesa da honra o membro da assembleia Tomás Martins, contestou o deputado Paulo Leocádio referindo que são prespetivas diferentes, salientando que se isto é descentralização prefere não aceitar,

realçando que quando se transferem competências, atempadamente devem informar o que se está a transferir para que possa haver uma adaptação. Sabemos que agora é facultativo, mas em 2021 é obrigatória a aceitação destas competências.-----

--- No uso da palavra o membro da assembleia Paulo Leocádio, salientou que há números e valores que a Câmara já conhece. Retoma a questão da educação, para saber aquilo que esta assembleia decide, tendo os diplomas conteúdos, podendo ser ou não mais próximos da realidade.-----

--- Interveio o membro da assembleia Tomás Martins, referindo que se há números, que desconhece, solicitando ao Presidente do Município que divulgue os valores, alerta que se isto foi uma descentralização, poderia se discutir qual a taxa de aceitação dos Municípios ao longo do país, porque segundo informa foi um fracasso.-----

--- Interveio o Presidente da União das Freguesias de Vila Franca das Naves e Feital António Pina, informando que se não quiserem a delegação de competências para 2020, só o poderão fazer até junho de 2019, salientando que se quer ou não descentralização. Acentuando que no setor animal há coisas que interessam, devendo ser bem estudados estes diplomas.-----

--- No uso da palavra o membro da assembleia José Nascimento, disse que se em 21 de dezembro votaram contra a proposta de desistência e não-aceitação. Solicita que caso existam dados o executivo os deveria apresentar a todos os membros, informando que o seu voto irá ser orientado mediante informação dada pelo Presidente da Câmara. Referindo que quando se olha para o Castelo de Trancoso, não se culpa o governo pelo estado em que se encontra mas sim a Câmara Municipal pela falta de zelo, referindo que este diploma poderia ser aceite.-----

--- Usou da palavra o Presidente da Mesa de Assembleia, dizendo que não se podem tomar decisões, sobre participações financeiras que não existem e que o Município irá ter tempo para tomar essas decisões.-----

--- No uso da palavra o Presidente do Município, referiu que este e outros Municípios concordam com a descentralização, podendo vir a aceitar no futuro essas competências. Expôs que não existem valores, há referências, sendo necessário alterar, regulamentos e recursos humanos, sendo um adiar da transferência de competências, referindo que em breve vai ser lançada a requalificação do Castelo. Em relação ao setor animal já se iniciaram as obras e depois ver-se-á. Referiu o decreto-lei n.º 20/2019 de 30 de janeiro que terão de tomar a decisão até 1 de abril e o decreto-lei n.º 22/2019 sobre a valorização e conservação do património natural, que os deputados poderão ler, não tendo mais informações do que as que constam no mesmo.-----

--- Interveio o Presidente da União das Freguesias de Vila Franca das Naves e Feital, referindo que o Presidente do Município participa nas reuniões da Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios onde são discutidas quais as competências a transferir e quais os envelopes quem vêm para o Município, tal como é feito nas reuniões da ANAFRE para as Juntas de Freguesia.-----

--- Colocado o ponto à votação o mesmo foi aprovado por maioria com vinte e nove votos a favor e nove abstenções.-----

--- Interveio o membro da assembleia José Nascimento, esclarecendo o porque do sentido de voto na

abstenção, referindo que quando viessem estas propostas à Assembleia deveriam vir mais detalhadas, não sabendo se é uma boa ou má opção. "Não afetamos a decisão do órgão da Assembleia mas manifestamos a discordância pela falta de informação adequada."-----

--- O presidente a mesa da Assembleia Municipal informou que se iria passar ao **ponto sete**.-----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município, referiu que o apoio à União de Freguesias de Vila Franca das Naves e Feital se destina ao pagamento de parte do pavilhão adquirido em 2008 pelo valor de 225.000,00€ (duzentos e vinte e cinco mil euros), a pagar em 15 anos faltando apenas 3 anos para o fim do prazo em 2022, sendo um encargo da Junta de Freguesia, a Câmara deliberou, em reunião de camara a atribuição de um apoio financeiro de 16.000,00€ (dezasseis mil euros) para o ano de 2019.-----

--- Usou da palavra o membro da assembleia José Nascimento, referindo que o grupo municipal do PSD vota a favor das ajudas às Freguesias e refere que seria melhor se fossem de maior valor, valorizando o esforço municipal para com as freguesias. O voto favorável representa a coerência que o Grupo Municipal do PSD, para colaborar.-----

--- Colocado o ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade. Informou que se iria passar ao **ponto oito**.-----

--- O Presidente do Município informou que, o Carnaval de Vila Franca das Naves é um grande evento e com boa organização por parte da Junta de Freguesia tendo-lhes sido atribuído um montante de 7.500,00€ (sete mil e quinhentos euros) para a sua organização, coincidindo este ano com mais dois eventos: a Feira do Fumeiro em Trancoso e a Feira das Tradições em Pinhel salientando que será benéfico. Refere que irão aumentar pouco, mas de forma gradual os apoios concedidos.-----

--- Interveio o Presidente da União de Freguesias de Vila Franca das Naves e Feital, agradecendo o incentivo e confirmando que todos os anos têm vindo a receber mais algum dinheiro, lamentando que não haja grande adesão por parte das associações do concelho. Refere que este ano um dos carros que irá participar no cortejo falará mesmo da falta de adesão.-----

--- Colocado o ponto à votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.-----

--- Informou que se iria passar ao **ponto nove**.-----

--- No uso da palavra o Presidente do Município, informou que apoiou todas as 21 juntas de freguesia do concelho em 2018 num montante mínimo de 3.500,00€ (três mil e quinhentos euros) e no máximo de 12.500,00€ (doze mil e quinhentos euros), perfazendo um valor total de 189.000,00€ (cento e oitenta e nove mil euros) com a exceção dos 16.000,00€ (dezasseis mil euros) para pavilhão de Vila Franca das Naves, referindo que irão reforçar o apoio às juntas no ano 2019. Mencionou um apoio à Junta de Freguesia de Valdujo num valor de 12.500,00€ (doze mil e quinhentos euros) para requalificação da sede e à Associação Desenvolvimento de Freguesias da Zona Centro de Trancoso num valor de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros).-----

--- Colocado o ponto à votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.-----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **Período de intervenção do público**.-----

--- Não havendo intervenções, lavrou-se a minuta desta reunião com os resultados das deliberações tomadas, tendo sido aprovada por unanimidade dos membros da assembleia presentes, e assinada pela

